

## Política

## Projeto penaliza mais pobres, diz PT

■ O vice-líder do PT no Parlamento gaúcho, Tarcísio Zimmermann, declarou ontem que a bancada (dez deputados) já definiu voto contrário à propostas de aumentar impostos. “Elevação do ICMS é muito injusto e só iria penalizar os mais pobres, que pagam tributo sobre os bens mais essenciais. Não tenho dúvida de que a sociedade dirá não a esse tipo de projeto através da Assembleia”, comentou.



Os parlamentares terão que fazer escolhas (pagar salários, serviços públicos?).

**Edson Brum**

Pres. da Assembleia Legislativa

## Pozzobom quer renegociar dívida

■ O líder da bancada do PSDB na Assembleia, deputado Jorge Pozzobom, propôs ontem a criação de uma união de parlamentares gaúchos em defesa da regulamentação da lei que muda o índice de correção da dívida do RS com a União. “Vamos formar um grupo de deputados de todos os partidos para irmos a Brasília solicitar a imediata renegociação da nossa dívida”, afirmou Pozzobom.

**AGILIZE A SUA VIDA!**  
**SCANNER DE MÃO DIGIBRAZ II**  
 direto do importador | ligue 51 3361-5959

## Taline Oppitz

taline@correiodopovo.com.br



## Recuo estratégico

Os planos de antecipar a quarta fase do ajuste fiscal, que envolveria o envio ontem, à Assembleia, do projeto de elevação de alíquotas do ICMS, entre outras propostas, foi temporariamente adiado pelo Executivo. A intenção é “amadurecer politicamente” a tese de que o aumento de tributos é necessária para fazer frente à crise financeira. Na prática, o recuo representa que o Executivo irá reforçar a articulação com aliados nos próximos dias para tentar minimizar as resistências à proposta, que são muitas. Apesar de forte chiadeira, a bancada do PMDB, partido do governador José Ivo Sartori, após reunião de horas no Piratini, assumiu que é contra, mas que dará o apoio necessário ao governo, votando a favor. A bancada do aliado PP, no entanto, na quarta-feira, abriu voto contra o aumento de ICMS, assim como o presidente da Assembleia, o peemedebista Edson Brum, que vota apenas em caso do empate. O novo pacote deve ser encaminhado ao Legislativo na próxima semana. Até lá, será realizado intensivo, da Casa Civil e de outros setores do governo, junto aos parlamentares.

## TJ pode abrir mão de parte de recursos

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Aquino Flôres de Camargo, submeterá ao órgão especial, em sessão extraordinária, na próxima quarta-feira, projeto para dividir com o Executivo parte dos recursos do fundo de reaparelhamento do Judiciário. A verba é oriunda do chamado spread, que é a diferença entre a Selic e a poupança, que orienta os juros que incidem sobre os depósitos judiciais. Caso o órgão especial dê aval à iniciativa, que tem validade de 2015 a 2018, o Tribunal de Justiça encaminhará projeto à Assembleia Legislativa. A estimativa dos recursos recebidos pelo TJ neste ano, no spread, é de R\$ 470 milhões.

## Otimismo

O governo sabe das dificuldades, mas tem expectativa de que conseguirá conter dissidências entre aliados, apesar das posições contrárias já manifestadas — para aprovar o reajuste de ICMS. As exceções ficariam restritas aos casos de deputados que devem concorrer prefeituras em 2016.

## MPC pede fim de pensões

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Geraldo da Camino, requereu ao Tribunal de Contas a suspensão do pagamento de pensões aos ex-governadores ou familiares. Foi solicitado ainda que o tribunal notifique os beneficiários para que se manifestem sobre a possibilidade de extinção dos pagamentos. O relator do requerimento no TCE será o conselheiro Algir Lorenzon. O MPC destacou que as pensões são consideradas inconstitucionais por diversas instâncias, incluindo o STF.

## Retorno

■ Pedro Simon visitou o Senado pela primeira vez desde que se despediu da Casa ao não ser reeleito. A presença de Simon acabou levando uma romaria de senadores



DIVULGAÇÃO / CP

ao gabinete de Lasier Martins. Na pauta da conversa, a decepção com a postura que vem sendo adotada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e as crises no Rio Grande do Sul e no país. Segundo Simon, que já foi defensor da presidente Dilma Rousseff, agora “falta uma liderança, pois ela abdicou de governar”. Entre os senadores que participaram da conversa estavam Cristovam Buarque, do PDT; Paulo Paim, do PT; Randalfe Rodrigues, do PSol; e Garibaldi Alves Filho, do PMDB.

## Apartes

■ A movimentação dos depósitos judiciais, considerando saques e depósitos realizados pelo Executivo, é a comprovação de que a conta se transformou praticamente em um caixa único do governo.

# AUMENTO DE IMPOSTOS PMDB decide apoiar projeto de Sartori

Pressionado pelo Piratini, sigla revê posição e diz que votará com o governo

Após uma tensa reunião ao meio-dia de ontem no Piratini, que contou com a presença do governador José Ivo Sartori, que retornou direto de Brasília para o encontro com o seu partido, o PMDB decidiu apoiar o projeto de aumento de alíquotas do ICMS no RS. O Executivo queria enviar o projeto ainda ontem à Assembleia, mas diante da falta de consenso na reunião, o governo adiou o encaminhamento para hoje ou para a próxima semana. O projeto eleva a alíquota geral do ICMS de 18% para 19% e de 25% para 30% nos combustíveis, energia elétrica, bebidas e cigarro.

“Aumentar impostos não era uma vontade do governo, mas a condição das finanças está se agravando e restam poucas alternativas. Muitos não queriam, mas a bancada definiu solidariedade ao governador. Vamos estar juntos com o governo em suas propostas”, conta o líder do governo na Assembleia, Alexandre Postal (PMDB).

Ciente da dificuldade que encontrará para convencer a base aliada, o Executivo tem prontas contrapropostas para ter o voto favorável de bancadas numerosas como as do PDT (oito deputados) e PP (sete). A articulação leva em conta espaços na estrutura de governo e a garantia de que o Executivo cederá em pontos do projeto.

Os deputados do PMDB, contudo, têm sua avaliação. “Tem que negociar bem primeiro. Se mandar o projeto e ele for derrotado, o governo fica muito prejudicado”, analisou Alexandre Postal. “Queremos discutir possibilidades porque alguns colegas são contra o projeto. A bancada tem sugestões para o governo e é por isso que estamos nos reunindo”, completou o líder da bancada peemedebista, deputado Alvaro Boessio (PMDB), à saída do encontro. Ao final da tarde, no entanto, o presidente da Assembleia, Edson Brum (PMDB), já sinalizava que o partido daria apoio ao governo. “O Parlamento está pronto para receber projetos que venham como alternativa para sanar as finanças do Estado”, disse. Brum, reconhecendo que uma proposta para aumento de impostos será objeto de intensos debates.

TARSILA PEREIRA / CP MEMÓRIA



Brum: à espera de projetos polêmicos

## PDT e PP reafirmam posição contrária

Apesar do apoio do PMDB, o projeto de aumento das alíquotas do ICMS enfrentará forte resistência na base de José Ivo Sartori (PMDB). Ontem, líderes do PDT e do PP reafirmaram que as bancadas têm posição contrária à elevação das alíquotas de ICMS. “A posição da bancada é contrária. Só não debatemos hoje (ontem) porque ainda não há informação oficial até o momento. Certamente, voltare-

mos a avaliar o tema na reunião do partido na próxima segunda-feira”, declarou o líder da bancada do PDT, Eduardo Loureiro.

Segundo ele, contudo, os parlamentares precisam conhecer a forma do projeto. “Se é aumento geral ou seletivo. Qual é a projeção de aumento na arrecadação e, principalmente, se isso será decisivo para resolver os problemas do Estado”, afirmou.

Líder da bancada do PP, o de-

putado Frederico Antunes lembrou que não haver aumento de impostos foi uma das exigências para que o partido ingressasse na base de apoio a Sartori no segundo turno das eleições. “Trouxemos para o governo algumas das propostas que faziam parte do programa da senadora Ana Amélia Lemos para o governo do Estado. É uma condição definitiva: somos contra o aumento de impostos”, afirmou Antunes.

## Famurs cobra verbas do Estado

O presidente em exercício da Famurs, Papparico Bacchi, disse ontem que a área da saúde é das mais afetadas pelos cortes de repasses de verbas para as prefeituras do Estado. Segundo ele, a saúde tem R\$ 259 milhões a receber do Estado.

São recursos para programas municipais como UPAs, Estratégia de Saúde da Família, Samu, Farmácia Básica, Primeira Infância Melhor, distribuição de fraldas e atenção básica. Na educação, o transporte escolar está com a parcela de julho de 2015 em atraso. “O bloqueio de R\$ 10 milhões para a condução de alunos da rede estadual do ensino agrava a situação de crise das 481 prefeituras gaúchas”, disse.

### Publicações Legais

anuncie: [anuncios@correiodopovo.com.br](mailto:anuncios@correiodopovo.com.br) | ☎ (51) 3216.1620



## CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

### PAUTA:

- Participação do movimento unificado dos servidores públicos;
- Projetos do Executivo: indicativo de greve;
- Propostas dos Técnicos Tributários para superar a crise de receita no Estado.

Data: 18 de agosto (terça-feira)

Hora: 10 horas

Local: Auditório da AIAMU (Rua dos Andradas, 1234 - 8º andar, Centro/POA)

Comparecimento conforme Art. 64, XVI, da Lei Complementar 10.098/94